

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

5ª Sessão Ordinária de 2022

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 11/04/2022, págs. 1/30)

Dia: 19/04/2022

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3
Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

1) Aprovação da Ata da 4ª Sessão Ordinária de 2022 (29/03/2022).

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

Pedido de Vista na 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

2) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001384/2010-68 (Embargos de Declaração)

Embargante: Ministério Público do Trabalho

Embargado: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro

Objeto: Visa apurar o cumprimento, pelo Ministério Público do Trabalho, do disposto na Resolução CNMP n.º 06/2006, com as alterações da Resolução CNMP n.º 34/2009, com edição de ato normativo interno no qual conste as atribuições de todos os cargos comissionados.

Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Processo desta Sessão (19/04/2022)

3) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001210/2012-67 (Embargos de Declaração)

Embargante: Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul – AMPRS

Advogado: Rafael de Cás Maffini – OAB/RS n.º 44.404

Embargado: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Objeto: Requer a percepção retroativa, com a incidência da devida correção monetária e juros moratórios, em favor de seus associados, das diferenças entre seus vencimentos já adimplidos e o valor que resultaria da percepção do limite mínimo constitucional no patamar de 90% do subsídio do Ministro do Superior Tribunal de Justiça referente ao cargo de Procurador de Justiça, observado o escalonamento de 10% entre as entrâncias, desde 1º de janeiro de 2005 até 28 de fevereiro de 2009.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Rio Grande do Sul

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista na 4ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 (12/05/2020)

- 1) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00700/2019-01
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Irregularidades. Criação de diversos cargos em comissão. Prejuízo aos aprovados em concurso público para provimento de cargos de Técnico e Analista Ministerial.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Piauí
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 6ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 – Continuação (16/06/2020)

- 2) Proposição nº 1.00448/2018-14
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Possibilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta no âmbito do Ministério Público brasileiro, no exercício do poder disciplinar.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedido de Vista na 7ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 – Continuação (30/06/2020)

- 3) Pedido de Providências nº 1.00800/2019-39
Requerente: Conselho Regional de Serviço Social da 3ª Região
Advogada: Sabrine Tams Gasperin – OAB/CE nº 42.863
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Alegação de atuação irregular de Membro da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapajé na área de Infância e Juventude. Alegação de ofensa referente à atuação profissional de assistente social. Suposta violação à Recomendação CNMP nº 33/2016.
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Ceará
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima
Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 5ª Sessão Ordinária de 2021 (13/04/2021)

- 4) Pedido de Providências nº 1.00448/2020-75
Requerente: Misael Silva Nogueira
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades. Pagamento de subsídios de membros. Valores acima do teto constitucional. Vedação ao recebimento de vantagens e auxílios ao subsídio.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Amapá
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 9ª Sessão Ordinária de 2021 (08/06/2021)

- 5) Proposição nº 1.00415/2021-60
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público brasileiro, e dá outras providências.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Pedido de Vista na 1ª Sessão Extraordinária do Plenário Virtual de 2021 (14/07/2021)

- 6) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)
Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n.º 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio Grande do Norte
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2021 (10/08/2021)

- 7) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00645/2020-85
Requerente: Vanessa Fernandes Queiroga Pita
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Concurso público para provimento de cargos. Analista do Ministério Público, área de Comunicação Social. Manutenção de servidores em cargos comissionados. Prejuízos à nomeação dos candidatos aprovados.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Alagoas
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

- 8) Reclamação Disciplinar nº 1.01326/2021-50
Requerente: José Antonio dos Santos Medeiros
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Mato Grosso
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Pedidos de Vista na 2ª Sessão Ordinária de 2022 (22/02/2022)

- 9) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01378/2021-90
Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Orientação nº 12, da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão. Retroatividade da lei sancionatória mais benéfica aos acusados. Prescrição intercorrente. Prazo máximo de conclusão de inquérito civil público para apuração de atos de improbidade administrativa. Alegação de violação à autonomia dos órgãos oficiais. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Cons. Engels Augusto Muniz

- 10) Conflito de Atribuições nº 1.00051/2022-72
Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Protocolo MP n.º 02.2021.00071161-0. Ação Penal n.º 0002735-19.2018.8.24.0038. Execução de pena de multa oriunda de sentença condenatória proferida pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Joinville/SC.
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Santa Catarina
Vista: Cons. Daniel Carnio Costa
- 11) Conflito de Atribuições nº 1.00053/2022-80
Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Protocolo MP n.º 02.2021.00071144-3. Ação Penal n.º 0002735-19.2018.8.24.0038. Execução de pena de multa oriunda de sentença condenatória proferida pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Joinville/SC.
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Santa Catarina
Vista: Cons. Daniel Carnio Costa

Pedidos de Vista na 3ª Sessão Ordinária de 2022 (15/03/2022)

- 12) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01100/2017-27
Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Presidência
- 13) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03
Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica n.º 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Presidência

- 14) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00383/2019-89 (Embargos de Declaração)
Embargantes: Fernanda Alitta Moreira da Costa; Roberto Portela Mildner
Advogados: Fábio Medina Osório – OAB/RS n.º 64975; Eduardo Silva Toledo – OAB/DF n.º 44.181
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membros do Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul. Prática de assédio moral contra servidores, estagiários e funcionários terceirizados. Procuradoria do Trabalho do Município de Santo Ângelo. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00773/2018-96. Portaria CNMP-CN nº 46/2019.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal
Vista: Engels Augusto Muniz

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

- 15) Proposição nº 1.00328/2018-90
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 16) Proposição nº 1.00509/2018-25
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Acréscimo do inciso XX ao art. 5º, do RICNMP. Competência do Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação de Lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de controle.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal
- 17) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00520/2018-21 (Recurso Interno)
Recorrente: Germano Cardoso Sociedade Individual de Advocacia
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Representação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. Alegação de que a contratação de escritório de advocacia por inexigibilidade de licitação é ilegal e lesiva ao patrimônio público. Descumprimento da Recomendação CNMP nº 36/2016. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Maranhão

- 18) Proposição nº 1.00891/2018-03
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Interessado: Associação Brasileira dos Advogados Previdenciários
Advogado: Donne Pisco – OAB/DF nº 22.812
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Não intervenção do Ministério Público em contratos particulares firmados entre advogados e seus constituintes. Ausência de interesse de incapazes, interesse público ou social.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 19) Proposição nº 1.01141/2018-59
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Resolução CNMP nº 14/2006. Acréscimo do parágrafo 5º ao artigo 16. Proibição de realização de entrevista pessoal reservada nos concursos de ingresso na carreira do Ministério Público brasileiro.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal
- 20) Proposição nº 1.00461/2019-18
Requerente: Lauro Machado Nogueira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamento de cursos oficiais para ingresso, formação inicial e vitaliciamento de membros do Ministério Público.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 21) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00158/2020-03 (Processo Sigiloso)
Requerente: Jaime Romaquelli
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Controle do Ato nº 256/2019-PGJ. Suspensão da nomeação de Promotores para atuação na esfera judicial, através do GAECO. Proibição de atuação de membros do GAECO na fase Judicial desacompanhados do Promotor Natural. Determinação para criação de Promotorias Criminais com atribuições ao crime organizado, para atuação perante o Órgão Judicial. Pedido Liminar.
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Mato Grosso
- 22) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00751/2020-40
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Interessado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Abuso do direito de petição. Promoção de representação disciplinar temerária em face de membro da Advocacia Geral da União. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00310/2020-67. Portaria CNMP-CN nº 48/2020.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

- 23) Reclamação Disciplinar nº 1.00876/2020-43 (Recurso Interno)
Recorrente: Luis Carlos Barreto de Oliveira Alcoforado
Recorridos: Membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 18ª Sessão Ordinária de 2019 (26/11/2019)

- 24) Proposição nº 1.01065/2017-37
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Atuação dos membros do Ministério Público na responsabilização civil e penal de advogados públicos ou privados emissores de pareceres técnicos.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 17ª Sessão Ordinária de 2020 (10/11/2020)

- 25) Proposição nº 1.00404/2020-72
Requerente: Sandra Krieger Gonçalves
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Disciplina o uso da expressão “Ministério Público” e sua abreviatura como componente da denominação pública ou coletiva por entidades privadas.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 6ª Sessão Ordinária de 2021 (27/04/2021)

- 26) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00216/2020-53
Requerente: Maria Elda Fernandes Melo
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Suspensão do pagamento da diferença entre o subsídio do cargo de Procurador de Justiça e do cargo de Promotor de Justiça que estejam exercendo cargos em comissão ou função de confiança na Administração Superior. Anulação da Portaria nº 98/2019/PJ. Cumprimento da Resolução CNMP nº 09/2016. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 10ª Sessão Ordinária de 2021 (22/06/2021)

27) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00313/2018-77

Requerente: Associação Paraibana da Advocacia Municipalista

Advogado: Marco Aurelio de Medeiros Villar – OAB/PB n.º 12.902

Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba

Interessados: Associação Nacional dos Procuradores Municipais; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Paraíba; Federação de Associações de Municípios da Paraíba; Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional da Paraíba

Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga – OAB/DF n.º 12.500; Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF n.º 20.522; Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior – OAB/DF n.º 16.275; Rafael Barbosa de Castilho – OAB/DF n.º 19.979; Carlisson Djanylo da Fonseca – OAB/PB n.º 12.828

Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Controle. Recomendações para rescisões de contratos de prestação de serviços jurídicos firmados entre sociedades de advogados e Prefeituras. Desrespeito à Recomendação CNMP nº 36/2016. Determinação para não instauração de inquéritos e/ou Ações Cíveis Públicas por haver contratos firmados entre advogados e Municípios.

Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Paraíba

Incluído na Pauta da 15ª Sessão Ordinária de 2021 (18/10/2021 e 19/10/2021)

28) Proposição nº 1.01226/2021-14

Requerente: Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de emenda regimental. Alteração do §6º, do art. 7º, e faz acréscimos ao art. 59, do RICNMP.

Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 1ª Sessão Extraordinária de 2022 (27/01/2022)

29) Conflito de Atribuições nº 1.00494/2021-73

Requerente: Procuradoria da República – Bahia

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Interessados: Adalvo Nunes Dourado Júnior; Leandro Bastos Nunes

Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.012440/2020-14. Representação contra o Centro Universitário UNIRB por exigir que os professores da Instituição ministrem aulas remotas a partir do laboratório de informática e do estúdio de gravação da faculdade sem fornecer os materiais necessários para proteção e em descumprimento à determinação das autoridades públicas pelo fechamento das instituições de ensino durante o período de combate ao COVID-19.

Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Origem: Bahia

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

- 30) Proposição nº 1.00540/2018-10
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Inclusão do § 5º ao art. 1º da Resolução CNMP nº 179/2017. Necessidade de aquiescência da pessoa jurídica interessada na hipótese específica de termo de ajustamento de conduta relativo a ato de improbidade administrativa.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
- 31) Pedido de Providências nº 1.00518/2019-06
Requerente: Nilo & Almeida Advogados Associados
Advogado: Edvaldo Nilo de Almeida – OAB/DF n.º 29502
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Contrato administrativo firmado entre Município de Barbacena e escritório advocatício. Propositura de ação visando à indenização advinda dos royalties de petróleo e gás natural. Recomendação expedida por representante ministerial. Rescisão de contrato. Alegação de ausência de contraditório, ampla defesa e outras irregularidades. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Minas Gerais
- 32) Proposição nº 1.00952/2020-75
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Inclusão do §8º ao art. 23, da Resolução CNMP n.º 156/2016. Política de Segurança Institucional. Lapso temporal.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
- 33) Proposição nº 1.00271/2021-42
Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Dispõe sobre regras gerais regulamentares para concursos de ingresso na carreira do Ministério Público Brasileiro, consolidando as Resoluções nº 14/2006; nº 24/2007; nº 40/2009; nº 57/2010; nº 118/2014; nº 141/2016; nº 170/2017; nº 188/2018; nº 203/2019; nº 206/2019 e a Resolução nº 219/2020; o Enunciado nº 11/2016; e as Súmulas nº 4 e nº 5, de 2018; nº 6 e nº 7, de 2018, e nº 10 de 2018, e incluindo dispositivos com teor extraído das Recomendações nº 12/2009, nº 25/2014 e nº 40/2016 e sugerido na Proposta de Resolução nº 1.01141/2018-59.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal

- 34) Conflito de Atribuições nº 1.00681/2021-39
Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.001361/2020-70. Apuração de possíveis atos de improbidade administrativa na administração dos recursos federais destinados à Secretaria Estadual de Educação para o Programa de Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica – PNAE.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Mato Grosso
- 35) Consulta nº 1.01152/2021-06
Recorrente: Luciano Franca da Silveira Junior
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Possibilidade de inscrição do membro do Ministério Público em algum conselho profissional que não seja a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Exercício profissional concomitante e privado, desde que haja compatibilidade de horário.
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 2ª Sessão Ordinária de 2022 (22/02/2022)

- 36) Proposição nº 1.01227/2021-78
Requerente: Sandra Krieger Gonçalves
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Ministério Público e dispõe sobre a criação e manutenção, no âmbito do CNMP, de repositório online com dados de mulheres juristas brasileiras com expertise em diferentes áreas do Direito e que atuem em todas as áreas jurídicas – magistratura, Ministério Público, advocacia privada ou estatal, acadêmicas e servidoras públicas.
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2022

- 37) Reclamação Disciplinar nº 1.00711/2020-62 (Recurso Interno)
Recorrente: Novo Porto Terminais Portuários Multicargas e Logística Ltda.
Advogado: Cesar Lourenço Soares Neto – OAB/PR n.º 29201
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Paraná.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Paraná

- 38) Sindicância nº 1.00732/2021-03 (Recurso Interno)
Recorrente: Rejane Eire Fernandes Alves
Advogada: Julia Dalge Montalverne Barreto – OAB/CE n.º 33685
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará
Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE n.º 40.495
Objeto: Sindicância instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Ceará.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Ceará
- 39) Conflito de Atribuições nº 1.01299/2021-05
Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuições. Procedimento JF/PPA/MS-5000021-58.2021.4.03.6005-INQ. Apuração de prática de uso de documento falso. Tentativa de retirada de cédulas de identidade (RG) na Delegacia de Polícia Civil do Município de Antônio João/MS.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Mato Grosso do Sul
- 40) Proposição nº 1.00171/2022-05
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Enunciado. Uniformização do julgamento de Conflitos de Atribuição que digam respeito a instituições de ensino superior (a) caso a demanda verse sobre questões privadas relacionadas ao contrato de prestação de serviços firmado entre a instituição de ensino superior e o aluno, tais como inadimplemento de mensalidade, cobrança de taxas, desde que não se trate de mandado de segurança, e, (b) em caso de mandado de segurança ou de registro de diploma perante o órgão público competente ou mesmo credenciamento da entidade perante o Ministério da Educação (MEC).
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 4ª Sessão Ordinária de 2022 (29/03/2022)

- 41) Reclamação Disciplinar nº 1.00844/2020-00 (Processo Sigiloso)
Requerente: Sigiloso
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Advogado: Marcelo Ramos Peregrino Ferreira – OAB/SC n.º 12309
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Santa Catarina

- 42) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00664/2021-00
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Desconstituição de ato administrativo. Irregularidades na transformação de 107 (cento e sete) cargos de provimento efetivo de diversos níveis em 150 (cento e cinquenta) cargos em comissão de Assistente de Promotoria. Ausência de prévio concurso para a remoção dos cargos vagos pelas aposentadorias e exonerações de diversos servidores efetivos.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Paraná
- 43) Reclamação Disciplinar nº 1.01440/2021-52 (Processo Sigiloso)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado do Amazonas
Advogado: Daniel Cardoso Gerhard – OAB/MG n.º 101473
Interessados: Sigiloso; Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Amazonas
Advogado: Wellington de Amorim Alves – OAB/AM n.º 2993
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Amazonas.
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Amazonas
- 44) Conflito de Atribuições nº 1.00071/2022-61
Requerente: Procuradoria Regional da República/4ª Região – Porto Alegre
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n.º 1.04.000.000249/2021-53. Apuração de possível ilícito penal em razão de comentários de cunho homofóbico realizados na rede social Instagram de Deputado Estadual de Santa Catarina.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Santa Catarina
- 45) Conflito de Atribuições nº 1.00194/2022-57
Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuições. Procedimento Preparatório nº 1.33.005.000172/2021-70. Apuração de ilícitos de extração de minerais, sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença da autoridade ambiental, imputados à pessoa jurídica GS Extração e Comércio de Areia Ltda. Município de Barra Velha/SC.
Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Santa Catarina

- 46) Anteprojeto de Lei nº 1.00198/2022-71
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Anteprojeto de Lei. Visa à transformação dos cargos efetivos vagos do CNMP em cargos em comissão.
Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Distrito Federal
- 47) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00201/2022-10
Requerente: Eduardo Jose Falesi do Nascimento
Advogado: Daniel Konstadinidis – OAB/PA n.º 9.167
Requerido: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Corregedoria Geral. Portaria nº 002/2022-CGMP/PA. Instauração do Processo Administrativo Disciplinar 002/2022-CGMP/PA. Supostos maus tratos contra menor. Alegação de nulidade. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Pará

Processos desta Sessão (19/04/2022)

- 48) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00474/2019-23
Requerente: Maria Elda Fernandes Melo
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Anulação de artigos da Portaria nº 98/PGJ/2019, bem como de termos dos anexos das Portarias nº 210/PGJ, nº 314/PGJ, nº 397/PGJ e nº 482/PGJ. Designações de membro para oficial perante Promotorias de Apoio Operacional. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 49) Reclamação Disciplinar nº 1.00555/2019-23 (Recurso Interno)
Recorrente: Luiz Paulo Teixeira Ferreira
Advogada: Desiree Gonçalves de Sousa – OAB/DF n.º 51483
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Paraná
- 50) Proposição nº 1.00805/2019-07
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Estruturação do processo regulatório.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal

- 51) Reclamação Disciplinar nº 1.00833/2019-33 (Recurso Interno)
Recorrente: Mario Lucio de Avelar
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Goiás
- 52) Reclamação Disciplinar nº 1.00527/2020-68 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)
Embargante: Sigiloso
Embargado: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Minas Gerais
- 53) Reclamação Disciplinar nº 1.00556/2020-48 (Recurso Interno)
Recorrente: Patricia Ramos Russo
Advogados: Luciana Cervieri da Camara – OAB/RJ n.º 84376; Luciana Valle de Vasconcellos – OAB/RJ n.º 103.668; Carlos Alberto Leopoldo da Camara Filho – OAB/RJ n.º 91982
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal
Advogados: Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Paraná
- 54) Reclamação Disciplinar nº 1.00930/2020-79 (Recurso Interno)
Recorrente: Cristiano Zanin Martins
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Rio de Janeiro
- 55) Reclamação Disciplinar nº 1.00946/2020-45 (Recurso Interno)
Recorrente: Gamil Foppel El Hireche
Advogado: Yuri Rangel Sales Feliciano – OAB/BA n.º 61.926
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Bahia

- 56) Pedido de Providências n° 1.00965/2020-80
Requerente: Ademir Antonio Brunetto
Advogado: Helio Nishiyama – OAB/MT n.º 12.919
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Indeferimento de pedido de cópia de inquérito civil. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Mato Grosso
- 57) Processo Administrativo Disciplinar n° 1.00997/2020-21 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)
Embargante: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Alexandre Vitorino Silva – OAB/DF n.º 15.774; Dayane Rabelo Queiroz – OAB/DF n.º 59118; Bruna Cabral Vilela – OAB/DF n.º 43447
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Pedido de Providências n.º 1.00230/2019-50. Reclamação Disciplinar n.º 1.00579/2019-37.
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 58) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.01055/2020-33
Requerente: Horacio Afonso de Figueiredo da Fonseca
Advogado: Mauro Roberto Gomes de Mattos – OAB/RJ n.º 57.739
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Representação por remoção compulsória de Promotor de Justiça no âmbito da Corregedoria Geral do Parquet estadual. Alegação de violação a dispositivos constitucionais. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Rio de Janeiro
- 59) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.01086/2020-20
Requerente: Hortênsia Gomes Pinho
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Resolução 021/2020, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça. Redimensionamento das Promotorias da Capital baiana. Extinção da Promotoria de Habitação e Urbanismo de Salvador. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Bahia
- 60) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00518/2021-67 (Embargos de Declaração)
Embargante: Antonio Forte de Souza Junior
Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE n.º 40.495
Embargado: Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Pedido de conversão de licenças-prêmio não gozadas em pecúnia.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Sergipe

- 61) Conflito de Atribuições nº 1.00549/2021-54
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Interessados: Aroldo Costa Filho; Reinaldo Moreno Lomba; Supremo Tribunal Federal
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Ofício eletrônico nº 3338/2021, do Supremo Tribunal Federal. PET 5577. Apuração de crime de sonegação fiscal. Empresa Twister Distribuidora de Combustíveis LTDA. Município de Paulínia.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: São Paulo
- 62) Pedido de Providências nº 1.00644/2021-11
Requerente: Weslei Machado Alves
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Ausência de controle do cumprimento do dever de residência na comarca e do dever de cumprimento do expediente ministerial no local em que sediada a Promotoria de Justiça ou da Procuradoria de Justiça.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Amazonas
- 63) Conflito de Atribuições nº 1.00697/2021-05
Requerente: Procuradoria da República – Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Ministério Público do Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.019781/2020-11. Apurar se a passagem de trens no Município de Paranaguá, efetuados pela empresa MALHA SUL S/A, durante à noite, produz ruídos superiores aos estabelecidos em legislação federal e municipal que regulamenta os níveis de pressão sonora, causando prejuízos à saúde e ao bem-estar da população que reside nas proximidades das linhas férreas. Declínio de Atribuição IC n.º MPPR - 0103-17.000585-6.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Paraná
- 64) Proposição nº 1.00718/2021-38
Requerente: Sebastião Vieira Caixeta
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Regulamentação, pelos ramos e pelas unidades do Ministério Público brasileiro, do direito à compensação por assunção de acervo.
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

- 65) Reclamação Disciplinar nº 1.00919/2021-62 (Recurso Interno)
Recorrente: Luiz Crispim de Veras Filho
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Sergipe
- 66) Reclamação Disciplinar nº 1.00989/2021-84 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Marcos Pereira de Andrade
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Rio de Janeiro
- 67) Conflito de Atribuições nº 1.01084/2021-03
Requerente: Ministério Público do Estado do Pará
Requerido: Procuradoria da República – Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Ministério Público Federal no Estado do Pará. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil nº 000179-808/2019. 7ª Promotoria de Justiça Cível e de Defesa do Consumidor de Altamira/PA.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Pará
- 68) Pedido de Providências nº 1.01087/2021-74 (Recurso Interno)
Recorrente: Sayonara Freire de Andrade
Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Indeferimento ao pedido de acesso a diversos documentos visando à garantia de direitos, contraditório e ampla defesa.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Pernambuco
- 69) Conflito de Atribuições nº 1.01091/2021-97
Requerente: Procuradoria da República – Pará
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Interessado: Procuradoria da República no Município de Marabá/PA
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.23.001.000167/2021-43. Apuração de crimes praticados no contexto do conflito agrário da Fazenda Surubim contra camponeses e trabalhadores sem terra do acampamento Osmir Venuto da Silva, localizado às margens da BR-155, entre Sapucaia e Eldorado dos Carajás.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Pará

- 70) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01094/2021-58
Requerente: Cristiano Zanin Martins
Requerido: Corregedoria do Ministério Público Federal
Interessado: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742
Objeto: Ministério Público Federal. Revisão de Processo Disciplinar. Expediente PGR-00020423/2021. Decisão definitiva proferida pela Corregedoria Geral do Ministério Público Federal, que determinou o arquivamento da representação.
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 71) Reclamação Disciplinar nº 1.01122/2021-64
Requerentes: Mauro Henrique Chaves; Paulo Feitosa da Silva
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Maranhão
- 72) Pedido de Providências nº 1.01139/2021-94
Requerente: Sayonara Freire de Andrade
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Interessado: Westei Conde Y Martin Junior
Advogado: Leonardo Sales de Aguiar – OAB/PE n.º 24583
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Solicitação de informações perante a 7ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital – Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Alegação de ausência de atendimento por parte do Parquet estadual. Alegação de omissão quanto à informação constante no Pedido de Providências n.º 1.00163/2021-70.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Pernambuco
- 73) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01185/2021-00
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Pará
Advogado: Daniel Konstadinidis – OAB/PA n.º 9.167
Requeridos: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Corregedoria Geral. Publicação de nome de membros e a descrição fática nas portarias de instauração de procedimentos administrativos disciplinares. Ausência de sigilo. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Pará

- 74) Pedido de Providências nº 1.01216/2021-70
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Atuação. Inquérito Civil nº 003.9.183042/2020. Apuração de instalação irregular de guarita de segurança 24hs. Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo. Comarca de Salvador/BA.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Bahia
- 75) Proposição nº 1.01225/2021-60
Requerente: Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Implementação de projetos de ressocialização do agressor contra a mulher e da capacitação de equipe técnica para aplicação do projeto pelo Ministério Público no âmbito das instituições públicas.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 76) Conflito de Atribuições nº 1.01262/2021-88
Requerente: Procuradoria da República – Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.14.000.001807/2021-51. Apuração de possíveis pagamentos indevidos a credenciados da AMS Petrobras, plano de saúde de assistência médica dos funcionários da empresa.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Bahia
- 77) Reclamação Disciplinar nº 1.01279/2021-08 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Sigiloso
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

- 78) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.01291/2021-68
Requerente: Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas
Advogado: Carlos Nicodemos Oliveira Silva – OAB/RJ n.º 75208
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Descumprimento de norma prevista na Resolução nº 23/2007. Determinação para o imediato encaminhamento do PA – OUT – 1.00.000.004076/2021-9 ao Conselho Institucional do Ministério Público Federal.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 79) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01307/2021-14
Requerente: Ulisses Moroni Junior
Requerido: Ministério Público do Estado de Roraima
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Roraima
Objeto: Ministério Público do Estado de Roraima. Controle de atos de distribuição processual do Colégio de Procuradores de Justiça. Determinação à Procuradoria Geral de Justiça e à Corregedoria Geral para que juntem a CI nº 083/2019 – CGMP, encaminhada no SEI nº 19.26.1000000.0014580/2019-89.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Roraima
- 80) Pedido de Providências nº 1.01308/2021-78 (Recurso Interno)
Recorrente: Manuely Maria da Silva
Recorridos: Ministério Público do Estado de Alagoas; Rodrigo Soares da Silva
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Promoção de arquivamento. Corregedoria Geral. Procedimento 02.2021.00004476-6. Apuração de falta funcional de Promotor da Comarca de Teotônio Vilela/AL.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Alagoas
- 81) Correição nº 1.01340/2021-17
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado da Paraíba
Objeto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada no Ministério Público do Estado da Paraíba, nos Municípios de João Pessoa, Patos e Santa Rita. Temática: Unidades com atribuição na área de segurança pública (crimes violentos letais intencionais, sistema prisional e controle externo da atividade policial).
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Distrito Federal

- 82) Conflito de Atribuições nº 1.01352/2021-79
Requerente: Procuradoria da República – Sergipe
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Sergipe. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Civil 24.19.01.0018. Notícia de Fato nº 1.35.000.001112/2021-40. Apuração de irregularidades no exercício da função de Gerente de Atenção Básica por parte de servidoras do Município de São Cristóvão.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Sergipe
- 83) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.01353/2021-22 (Recurso Interno)
Recorrente: Alessandro Batista Ranieri
Recorrido: Procuradoria da República – Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Notícia de Fato nº 1.23.000.000885/2021-20. Apuração de supostos atos de improbidade administrativa e crimes em desfavor da Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Pará – COREN/PA. Alegação de inércia da representante ministerial.
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Pará
- 84) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.01430/2021-08
Requerente: Alba Maria Alves Vasconcelos
Requeridos: Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Ministério Público Federal. Alegação de excesso de prazo e inércia do Parquet em analisar caso em que réu está preso preventivamente há três anos e onze meses, por supostamente ser mandante de homicídio.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Alagoas
- 85) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01477/2021-71
Requerente: Atento Brasil S/A
Advogado: Daniel Chen – OAB/SP nº 174398
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Alegação de substituição irregular do promotor natural responsável pelo Procedimento de Acompanhamento Judicial (PAJ) nº 000153.2011.04.000/9.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: São Paulo

- 86) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00010/2022-30
Requerente: Daniel Batista Mariano
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Concurso público para ingresso na Carreira. Cargo de Promotor de Justiça. Declaração de nulidade do edital de convocação da prova de títulos e entrega de documentos para inscrição definitiva.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Amapá
- 87) Notícia de Fato nº 1.00025/2022-53 (Recurso Interno)
Recorrente: Eduardo Jorge Rodrigues dos Santos
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Informa suposta irregularidade na atuação funcional.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Rio de Janeiro
- 88) Reclamação Disciplinar nº 1.00049/2022-67
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Distrito Federal
- 89) Conflito de Atribuições nº 1.00054/2022-33
Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.22.026.000116/2021-71. Apuração de possível prática de crimes licitatórios no PL n.º 220/2013, na modalidade Carta Convite 017/2013, perante a Prefeitura de Limeira do Oeste/MG.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Minas Gerais
- 90) Pedido de Providências nº 1.00122/2022-28
Requerente: Alessandro Batista Ranieri
Requerido: Procuradoria da República – Pará
Interessada: Nicole Campos Costa
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Inquérito Civil nº 1.23.000.000996/2020-55. Pedido de publicidade e transparência no site do Conselho Regional de Enfermagem do Pará (Coren/PA). Alegação de conduta irregular por parte de representante ministerial.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Pará

- 91) Proposição nº 1.00130/2022-65
Requerente: Paulo Cezar dos Passos
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Instituição de programas de residência jurídica nos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro.
Relator(a): Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 92) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00145/2022-88
Requerente: Alessandro Batista Ranieri
Requerido: Procuradoria da República – Pará
Interessada: Nicole Campos Costa
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Solicitação de acesso a documentos do Conselho Regional de Enfermagem do Pará (COREN/PA). Alegação de inércia por parte de representante ministerial.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Pará
- 93) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00147/2022-95
Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás
Advogados: Frederico Manoel Sousa Alvares – OAB/GO n.º 51805; Augusto de Paiva Siqueira – OAB/GO n.º 51990; Analecia Hanel Rorato – OAB/GO n.º 58940
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Recomendação n.º 2021007350580, expedida pela Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Cruz de Goiás, ao Prefeito Municipal de Palmelo/GO. Adoção de procedimento licitatório para contratação de serviços de assessorias jurídica e contábil para o exercício de 2022. Eventual improbidade administrativa por ocasião da contratação de escritório de advocacia. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Goiás
- 94) Pedido de Providências nº 1.00148/2022-49
Requerente: Carlos Eduardo Lima
Advogado: Carlos Eduardo Lima – OAB/SP n.º 326150
Requerido: Procuradoria da República – São Paulo
Interessado: Adjame Alexandre Gonçalves Oliveira
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Comarca de Taubaté/SP. Denúncia de irregularidades quanto à realização de perícia judicial. I.P. nº 0000645-09.2019.4.03.6121. Arquivamento.
Relator(a): Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: São Paulo

- 95) Avocação nº 1.00157/2022-30
Requerente: Antonio Eduardo Cunha Setubal
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Procedimento Administrativo Disciplinar SIMP 003.0.24789/2019, em face de analista técnico. Exercício de advocacia privada. Negligência na gestão dos procedimentos da Comarca de Santa Maria da Vitória/BA. Alegação de demora proposital no andamento do procedimento. Alegação de irregularidades diversas e parcialidade da comissão processante.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Bahia
- 96) Avocação nº 1.00158/2022-93
Requerente: Antonio Eduardo Cunha Setubal
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Procedimento Administrativo Disciplinar SIMP 003.0.8257/2020, em face de analista técnico. Exercício de advocacia privada, bem como desídia e mau desempenho no trabalho. Alegação de demora injustificável no andamento do procedimento disciplinar, dentre outras irregularidades.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Bahia
- 97) Proposição nº 1.00170/2022-43
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Enunciado. Uniformização do julgamento de Conflitos de Atribuição que digam respeito ao crime de estelionato, previsto no art. 171, do Código Penal, quando praticado mediante depósito, emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado ou transferência de valores.
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 98) Conflito de Atribuições nº 1.00177/2022-29
Requerente: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.34.001.010255/2021-70. Notícia de Fato nº 38.0008.0000907/2021-6. Apuração de notícia de crime contra a ordem tributária praticado, em tese, por representantes da empresa ROLLEIRA & ROLLEIRA LTDA. Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: São Paulo

- 99) Conflito de Atribuições nº 1.00180/2022-98
Requerente: Procuradoria da República – Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Ministério Público do Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.25.000.004109/2021-24. Notícia de Fato MPPR Nº 0188.21.000129-6. Apuração de suposto dano ambiental em razão de terraplanagem às margens do Rio Guaraguaçu, no Município de Pontal do Paraná.
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Paraná
- 100) Conflito de Atribuições nº 1.00191/2022-96
Requerente: Procuradoria da República – Pará
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.23.001.000008/2022-20. Notícia de Fato MPPA nº 003271-930/2021. Apuração de possível prática de ilícito penal, constatado na Ação Trabalhista nº 0010282-35.2015.5.08.0128. Marabá/PA.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Pará
- 101) Conflito de Atribuições nº 1.00192/2022-40
Requerente: Procuradoria da República – São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato 1.34.004.000112/2022-19. Apuração de denúncia formulada pelo Banco do Brasil S.A., para apuração do delito de furto mediante fraude, previsto no artigo 155, § 4º, inciso II, do Código Penal. Utilização de links falsos (*phishing*). Município de Paulínia/SP.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: São Paulo
- 102) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00196/2022-64
Requerente: Glaucie Samara Pinto Pereira Sanches
Advogado: Juliano Vieira Zappia – OAB/MG n.º103678
Requeridos: Ministério Público da União; Procuradoria Geral da República
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria Geral da República. Portaria PGR/MPU n.º 81, de 7 de outubro de 2021. Indeferimento da prorrogação da licença para acompanhamento de cônjuge de servidora Analista do Ministério Público da União. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Minas Gerais

103) Conflito de Atribuições nº 1.00200/2022-67

Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.29.023.000130/2021-43. Apuração de possíveis danos ambientais decorrentes de exploração mineral irregular, ante a constatação de extração de areia em desconformidade com a Licença de Operação nº 02651/2020, emitida pelo órgão ambiental estadual. Município de Osório/RS.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Rio Grande do Sul

104) Conflito de Atribuições nº 1.00212/2022-19

Requerente: Procuradoria da República – Maranhão
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. Ministério Público do Estado do Maranhão. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.19.000.000327/2022-78. Apuração de possível funcionamento inadequado do Conselho de Alimentação Escolar do Município de Cururupu. Apuração de possível malversação de verbas destinadas ao PNAE.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Maranhão

105) Conflito de Atribuições nº 1.00213/2022-72

Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Requerido: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Procedimento MPRJ nº 2021.00633507. Apuração dos crimes previstos no art. 317 e art. 333, ambos do Código Penal, e art. 1º, § 1º, II, da Lei n.º 9.613/1998 (corrupção ativa, passiva e lavagem de dinheiro). Contratação da empresa NEOWAY por parte da BR DISTRIBUIDORA, na qual teria ocorrido o pagamento de vantagem indevida a deputados federais.
Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Rio de Janeiro

106) Conflito de Atribuições nº 1.00216/2022-33

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Procuradoria da República – São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n.º 38.0007.0000331/2022-5. Possível crime sexual contra menor de idade. Mensagem em sala de bate-papo virtual, encaminhada pelo provedor UNIVERSO ONLINE S.A., em virtude de Termo de Compromisso de Integração Operacional firmado com a Procuradoria da República no Estado de São Paulo. Ausência de indícios mínimos de ocorrência de delito.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: São Paulo

- 107) Conflito de Atribuições nº 1.00218/2022-40
Requerente: Procuradoria da República – Maranhão
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. Ministério Público do Estado do Maranhão. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.19.002.000142/2021-62. SIMP nº 001993-509/2021. Apuração de existência de bingos clandestinos. Município de Aldeias Altas/MA.
Relator(a): Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Maranhão
- 108) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00249/2022-38
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso Público para provimento de cargos de Promotor de Justiça Militar. Pedido de anulação da questão objetiva n.º 16. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 109) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00251/2022-43
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso Público para provimento de cargos de Promotor de Justiça Militar. Pedido de anulação das questões nº 03, 10, 14, 16, 18, 23 e 27 da prova preambular objetiva. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 110) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00252/2022-05
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso público para ingresso na Carreira. Cargos de Promotor de Justiça Militar. Prova objetiva. Anulação das questões nº 02, 03, 07, 09, 10, 16, 21, 27. Violação das Resoluções nº 107/2019 do CSMP, bem como do disposto no §1º do art. 17 da Resolução CNMP nº 14/2016. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 111) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00257/2022-75
Requerente: Nilton Luiz Drabeski Dudziak
Requerido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso para ingresso na Carreira. Cargos de Promotor de Justiça Militar. Prova objetiva. Direito Penal e Direito Penal Militar. Anulação das questões nº 02, 03, 04, 05, 07, 08, 09, 11, 16, 17, 19, 23, 24 e 27. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

- 112) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00260/2022-34
Requerente: Rodrigo Alves Evangelista
Requerido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. 12º concurso público para ingresso na Carreira. Cargos de Promotor de Justiça Militar. Prova objetiva. Anulação das questões 5, 7, 9, 11, 14, 18, 20, 21, 24, 25 e 27. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 113) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00261/2022-98
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. 12º concurso público para ingresso na Carreira. Cargos de Promotor de Justiça Militar. Prova objetiva. Anulação das questões 02, 03, 07, 11, 16, 18, 20, 21 e 25. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 114) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00263/2022-03
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. 12º concurso público para ingresso na Carreira. Cargos de Promotor de Justiça Militar. Prova objetiva. Anulação das questões 02, 07, 08, 09, 14, 16, 18, 20, 21, 25 e 27. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 115) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00264/2022-59
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso Público para provimento de cargos de Promotor de Justiça Militar. Pedido de anulação das questões objetivas n.º 09, 14, 16, 18, 20, 21, 25 e 27. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 116) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00265/2022-02
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso Público para provimento de cargos de Promotor de Justiça Militar. Pedido de anulação das questões objetivas n.º 02, 03, 06, 11, 14, 16, 20 e 27. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

- 117) Conflito de Atribuições nº 1.00266/2022-66
Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil nº 1.33.007.000079/2019-21. Notícia de Fato SIG-MP 01.2018.00021741-1. Apuração de eventuais irregularidades no exercício das suas atividades pelo Grupo Educacional DMA. Município de Tubarão/SC.
Relator(a): Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Santa Catarina
- 118) Conflito de Atribuições nº 1.00267/2022-10
Requerente: Procuradoria da República – Pará/Castanhal
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.23.000.001486/2021-86. Apuração de suposta prática de fraude na obtenção de empréstimo consignado. Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS. Município de Bagre/PA.
Relator(a): Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Pará
- 119) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00269/2022-27
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso Público para provimento de cargos de Promotor de Justiça Militar. Pedido de anulação da questão objetiva nº 16, por suposto erro material. Pedido de anulação das questões nº 02, 05, 07, 08, 14, e 20, por supostamente conterem incongruências doutrinárias ou jurisprudenciais, todas da prova preambular objetiva. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 120) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00271/2022-32
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. 12º concurso público para ingresso na Carreira. Cargos de Promotor de Justiça Militar. Prova objetiva. Anulação das questões 02, 03, 05, 09, 10, 11, 16, 20, 21, 23, 28, 75. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 121) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00272/2022-96
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso Público para provimento de cargos de Promotor de Justiça Militar. Pedido de anulação das questões nº 3, 5, 8, 11, 12, 16, 18, 20, 21, 25 e 29 da prova preambular objetiva. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

122) Conflito de Atribuições nº 1.00275/2022-57

Requerente: Procuradoria da República no Município de SINOP/MT

Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.20.002.000008/2022-21. Apuração de irregularidades em obras do Residencial Nico Baracat. Programa "Minha Casa, Minha Vida". Município de Sinop/MT.

Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa

Origem: Mato Grosso

123) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00279/2022-71

Requerente: Sigiloso

Requerido: Ministério Público Militar

Objeto: Ministério Público Militar. 12º concurso público para ingresso na Carreira. Cargos de Promotor de Justiça Militar. Prova objetiva. Anulação das questões de nº 16, 18, 21 e 25. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

124) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00280/2022-23

Requerente: Sigiloso

Requerido: Ministério Público Militar

Objeto: Ministério Público Militar. 12º concurso público para ingresso na Carreira. Cargos de Promotor de Justiça Militar. Prova objetiva. Anulação das questões nº 2, 3, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 16, 17, 18, 20 e 21. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

125) Conflito de Atribuições nº 1.00285/2022-00

Requerente: Procuradoria da República – Bahia

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.14.004.000020/2022-13. IDEA n.º 681.9.201706/2021. Apuração de interrupção de gravidez resultante de estupro. Pessoa com deficiência. Município de Euclides da Cunha/BA.

Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Bahia

126) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00286/2022-55

Requerente: Sigiloso

Requerido: Ministério Público Militar

Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso Público para provimento de cargos de Promotor de Justiça Militar. Pedido de anulação das questões n.º 16 e 21, por suposto erro material. Pedido de anulação das questões 3, 9, 11, 16, 18, 20, 21 e 27, por alegadamente conterem entendimento doutrinário divergente e jurisprudência não consolidada nos tribunais. Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

127) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00287/2022-09

Requerente: Sigiloso

Requerido: Ministério Público Militar

Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso Público para provimento de cargos de Promotor de Justiça Militar. Pedido de anulação das questões n.º 03, 06, 07, 08, 14, 16, 18, 19, 20 e 21. Alegação de irregularidades diversas no gabarito. Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

128) Conflito de Atribuições nº 1.00291/2022-21

Requerente: Procuradoria da República no Município de Rio Verde/Jataí-GO

Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás

Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Goiás. Conflito negativo de atribuição. Procedimento Preparatório n.º 1.18.003.000227/2021-78. Acompanhamento de providências adotadas pelo Município de Cachoeira/GO para a retomada de imóveis objeto do “Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV” no Conjunto Habitacional Beija-Flor, em face de irregularidades verificadas pela AGEHAB – Agência Goiana de Habitação. Promotoria de Justiça da Comarca de Cachoeira Alta/GO. Procuradoria da República no Município de Rio Verde/Jataí/GO.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Goiás

129) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00297/2022-53 (Processo Sigiloso)

Requerente: Sigiloso

Requerido: Ministério Público Militar

Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso Público para provimento de cargos de Promotor de Justiça Militar. Questão 09 da prova objetiva. Gabarito. Fundamentação de indeferimento de recurso. Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

- 130) Conflito de Atribuições nº 1.00304/2022-17
Requerente: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Requerido: Procuradoria da República – Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco. Conflito negativo de atribuições. Procedimento Administrativo nº 01877.000.088/2022. Notícia de Fato nº 1.26.001.000073/2022-43. Apuração de suposta expedição de diploma falso pelo Instituto Superior de Educação de Pernambuco – ISEP.
Relator(a): Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Pernambuco
- 131) Conflito de Atribuições nº 1.00308/2022-31
Requerente: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Requerido: Procuradoria da República – Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Civil n.º MPMG-0400.21.000292-1. ICP 1.22.024.000156/2017-56 – MPF. Apuração de possíveis danos ambientais decorrentes da exploração mineral na localidade denominada 'Volta do Girau' no distrito de Monsenhor Horta – Mariana/MG.
Relator(a): Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Minas Gerais
- 132) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00310/2022-47 (Processo Sigiloso)
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso Público para Provimento de Cargos de Promotor de Justiça Militar. Pedido de anulação das questões n.º 02, 03, 08, 10, 11, 14, 18, 20, 21, 22, 26, 27 e 29 da prova preambular objetiva. Alegação de nulidade na constituição da comissão examinadora. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 133) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00311/2022-09 (Processo Sigiloso)
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso público para Promotor de Justiça Militar. Alegação de nulidade da prova objetiva, em decorrência de vícios materiais insanáveis. Ausência de publicidade das razões de indeferimento de recursos. Alegação de irregularidade em publicação de edital para realização de prova subjetiva. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

- 134) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00327/2022-77 (Processo Sigiloso)
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso público para o provimento de vagas ao cargo de Promotor da Justiça Militar. Inabilitação para prova subjetiva após anulação de questões objetivas. Alegação de violação ao princípio da proteção da confiança.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 135) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00328/2022-20 (Processo Sigiloso)
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso público para Promotor de Justiça Militar. Inabilitação para prosseguimento no certame, após anulação de questões objetivas. Alegação de violação aos princípios da segurança jurídica, da confiança e da boa-fé objetiva. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 136) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00330/2022-36 (Processo Sigiloso)
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso público para ingresso na Carreira. Provimento de vagas ao cargo de Promotor da Justiça Militar. Inabilitação para a prova subjetiva após anulação de questões objetivas. Correção e divulgação de novo edital convocando para as provas subjetivas incluindo os que já estavam convocados anteriormente. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 137) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00333/2022-05 (Processo Sigiloso)
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso para o provimento de vagas ao cargo de Promotor da Justiça Militar. Inabilitação para prova subjetiva, após anulação de questões objetivas por parte da banca examinadora. Alegação de violação aos princípios da segurança jurídica, da confiança e da boa-fé objetiva. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

- 138) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00335/2022-04 (Processo Sigiloso)
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso público para o provimento de vagas ao cargo de Promotor da Justiça Militar. Inabilitação para realização de prova subjetiva, após anulação de questões objetivas. Alegação de violação aos princípios da segurança jurídica, da confiança e boa-fé objetiva. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 139) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00336/2022-68
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso público para provimento de cargos de Promotor de Justiça Militar. Pedido de anulação da questão objetiva nº 115. Alegação de que o gabarito considerado correto pela banca organizadora contém jurisprudência divergente. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 140) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00337/2022-11 (Processo Sigiloso)
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso público para Promotor de Justiça Militar. Exclusão de candidatos anteriormente habilitados à prova discursiva, após anulação das questões objetivas 9 e 16. Alegação de violação dos princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 141) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00338/2022-75 (Processo Sigiloso)
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. 12º concurso para ingresso na Carreira. Provimento de cargos de Promotor de Justiça Militar. Inabilitação para realização de prova subjetiva, após anulação de questões objetivas. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 142) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00342/2022-98 (Processo Sigiloso)
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso Público para Provimento de Cargos de Promotor de Justiça Militar. Exclusão de candidata anteriormente habilitada, após anulação de questões objetivas. Alegação de violação aos princípios da segurança jurídica, da confiança legítima e da boa-fé objetiva. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

143) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00343/2022-41 (Processo Sigiloso)

Requerente: Sigiloso

Requerido: Ministério Público Militar

Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso público para Promotor de Justiça Militar. Anulação de questões. Publicação de Edital com exclusão de candidatos habilitados anteriormente. Alteração de nota mínima de corte. Alegação de violação aos princípios da legalidade, segurança jurídica, legítima confiança, boa-fé e moralidade. Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público